



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E SERVIÇO SOCIAL:

A urgência do debate em tempos de pandemia

ETHNIC-RACIAL ISSUE AND SOCIAL WORK:

emerging challenges in pandemic times

LOIVA MARA DE OLIVEIRA MACHADO ¹

MÁRCIA CAMPOS EURICO ²

DANIELA FERRUGEM ³

Resumo: O artigo apresenta reflexões do GT 5 - Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social, do I Simpósio Nacional Serviço Social e Relações Étnico-Raciais na UNIFESP. Considerando a revisão bibliográfica e pesquisa documental dos resumos inscritos no GT, a análise reconhece a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, e reitera a urgência de conteúdos acerca das relações raciais, pois raça/etnia configuram marcadores da diferença e produtores de desigualdade étnico-racial.

Palavras-chave: Questão étnico-racial. Serviço Social. Pandemia. Formação Profissional.

Abstract: The article presents reflections from GT 5 - Ethnic-Racial Issue in Social Work Training, from the I National Symposium Social Work and Ethnic-Racial Relations at UNIFESP. Considering literature review and a documental research of the abstracts registered in the GT, the analysis recognizes the inseparability between training and professional work in Social Work, and reiterates the urgency of content about race relations, where race/ethnicity are configured as

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De São Paulo

3 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

markers of difference and producers of ethnic-racial inequality.

Keywords: Ethnic-Racial Issue. Social Work. Pandemic. Professional Training.

1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2020 a humanidade foi surpreendida pelo surgimento do novo coronavírus, um agente altamente contagioso e letal, que atingiu pessoas no mundo inteiro e desafia as autoridades mundiais, que trabalham incessantemente em medidas de controle da pandemia de COVID-19. Medidas sanitárias de distanciamento social, isolamento, recomendações de evitar eventos e aglomerações, higienização constante das mãos e dos alimentos, uso de máscara de proteção, restrição do contato físico e, a partir de 2021 a divulgação de campanhas de vacinação (1ª e 2ª doses e dose de reforço) têm produzido mudanças significativas no modo de vida, o qual tem sido marcado pelas contradições presentes entre a prevenção e o cuidado *versus* o negacionismo frente a essa realidade.

A roda do capitalismo, contudo, não para e foi preciso que nos reinventássemos e retomássemos as atividades de maneira remota, com uso de tecnologias de comunicação digital, desde 2020 até 2022. Nesse contexto, fazemos um recorte mirando o ano de 2020, considerando a realização do I Simpósio Nacional Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, que reuniu estudantes, professores/as e pesquisadores/as de diferentes regiões do Brasil. O texto busca problematizar as questões suscitadas no interior do Simpósio a partir das apresentações vinculadas ao [GT 5](#).

Considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional em Serviço Social, o GT 5 teve como objetivo estabelecer um campo de socialização e debate acerca

da produção de conhecimento sobre a incorporação da questão étnico-racial, no ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão desenvolvidas nas Unidades de Formação Acadêmica de Serviço Social.

O GT5 recebeu o maior número de trabalhos inscritos no Simpósio, o que evidencia a relevância e a aderência das/os pesquisadoras/es ao tema, o adensamento do debate étnico-racial nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, espaço primordial de enfrentamento ao racismo estrutural, ao conservadorismo e ao colonialismo, marcas históricas das relações sociais no Brasil.

A iniciativa de organização do GT é um dos desdobramentos das parcerias institucionais que vêm se desenvolvendo no Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, na ênfase de relações étnico-raciais. O avanço do debate no interior da categoria profissional tem relação direta com o caráter de construção coletiva e interinstitucional que tem se consolidado no GTP desde sua criação em 2010.

Há consenso entre nós acerca da impossibilidade de efetivação do projeto ético-político sem a devida apreensão dos fundamentos da ética profissional, uma vez que, frequentemente, as/os estudantes e profissionais concebem o conceito de maneira abstrata e as possibilidades de efetivação ficam no campo das ideias. Se a concepção de humano-genérico for restrita, a materialização da ética fica comprometida, pois a valoração positiva ou negativa dos grupos sociais, a partir da branquitude, nega, sistematicamente, a humanidade a povos negros e indígenas. Isso impacta no modo como as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias são apreendidas pela categoria profissional e reproduzidas no cotidiano das instituições. Daí a importância de darmos continuidade ao debate objetivando avançar na construção de uma práxis antirracista no Serviço Social.

2 A QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL NA REALIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia de COVID-19, declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), impactou drasticamente a vida das populações ao redor do mundo. Os países da América Latina foram atingidos de maneira particular. No Brasil, o negacionismo dos governantes, a propagação de *fake News* e a negligência na gestão das políticas públicas impediu uma ação conjunta e articulada para enfrentamento da doença e mitigação dos danos sanitários, sociais e econômicos.

A ausência de uma política articulada de prevenção e de atendimento às demandas sociais da população, em decorrência da COVID-19, nos diferentes níveis da federação, tem ampliando a desigualdade de condições de prevenção e de cuidado das pessoas acometidas pela doença, já que estados mais pobres têm menor capacidade de investimento em saúde, especialmente em momentos de crise sanitária. A pandemia escancara as disparidades já existentes quanto ao acesso à moradia, saneamento básico, transporte público, renda, trabalho e saúde, condições essenciais para uma menor exposição ao vírus, pois residir em áreas de maior concentração populacional, por exemplo, impede o distanciamento social necessário.

Reiteramos que o Brasil é um país marcado pela desigualdade étnico-racial e social no acesso aos direitos fundamentais e, em contextos de crise, as disparidades tendem a se acirrar e a precarizar ainda mais a vida de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo negras e negros, historicamente submetidos a piores condições de vida. A crise sanitária, econômica e social sobrecarrega ainda mais as/os trabalhadoras e trabalhadores mais pobres, pois é esse segmento populacional que vive a insegurança de renda, e portanto alimentar. As necessidades mais básicas são comprometidas. Estar em solo brasileiro, sob o governo negacionista sobre a gravidade da pandemia, com ações que boicotam a saúde coletiva torna o momento ainda mais assustador.

Os impactos são ainda mais graves para as pessoas negras, visto que ocupam, em sua maioria, os postos de trabalho mais desprotegidos e com menor percepção salarial. Segundo dados do IBGE, a pandemia da COVID-19 acirrou o desemprego. No mês de abril/2020 foi registrado o maior patamar no índice do desemprego da série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), até aquele momento, indicando que a população ocupada foi inferior a 50%. Nesse período verifica-se que as mulheres negras foram as mais atingidas pela perda de emprego e, conseqüentemente, de renda. Por outro lado, as mulheres que seguiram empregadas passaram a trabalhar mais, ampliando o trabalho doméstico não remunerado e intensificando os cuidados com filhos e netos, devido ao fechamento das escolas.

Observamos que as relações de gênero são naturalizadas historicamente no Brasil, onde o cuidado com a casa e a família é responsabilidade das mulheres, isso porque, “[...] o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais [...]” (SAFFIOTI, 1992, p. 187). A análise das relações de gênero é uma mediação fundamental para pensar, também, o exercício profissional da/do assistente social, visto que a profissão,

historicamente, é exercida, predominantemente, por mulheres. O último levantamento divulgado no ano de 2005 apontava que o percentual era “apenas 3% de homens” (CFESS, 2006, p.18)

Além do crescente desemprego, há também a desigualdade de salário e renda persistente, que tende a se agravar com as crises. Verificamos que: “Em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608). Tal diferença relativa corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível” (IBGE, 2019, p.3).

Dados acerca de emprego e renda são fundamentais para pensarmos as condições de vida das pessoas, pois ampliam ou limitam os acessos a bens e serviços e determinam condições de saúde. Isto porque as pessoas que, historicamente, estão em maior processo de vulnerabilização ficam mais expostas a letalidade do vírus. Neste sentido, a população negra está sendo mais letalmente atingida (GRAGNANI, 2020).

Outro agravamento nesse contexto pode ser verificado por meio das condições de saneamento básico, quando analisados a partir da questão racial. Dados do IBGE (2019) revelam que no Brasil as residências sem esgotamento sanitário, por rede coletora ou pluvial, correspondem a 26,5% pessoas brancas e 42,8% para as negras e ainda as residências sem ao menos um serviço de saneamento, corresponde a 27,9% para pessoas brancas e 44,5% para pessoas negras. Portanto, como assegurar condições sanitárias requeridas especialmente em tempos de pandemia para o conjunto da população?

O projeto de governo, com medidas contraditórias e desarticuladas, além da persistente negação da gravidade da crise sanitária, social e econômica, mesmo após três anos de pandemia, contribuiu para que o Brasil ocupasse o terceiro lugar em número de óbitos por COVID-19 no mundo, chegando à marca de 684 mil pessoas, em 31 de agosto de 2022⁴, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Índia. Somam-se a esta triste marca as pessoas em internação para tratamento em virtude das complicações da doença, aquelas ainda em recuperação, os/as órfãos da pandemia e milhões de pessoas enlutadas pela perda de seus entes queridos. Os efeitos não se restringem ao âmbito da saúde coletiva e individual, mas tem rebatimentos na economia, na política, no mercado de trabalho, na cultura, na educação, entre outras esferas da vida cotidiana.

No campo da educação a falta de um planejamento, por parte do Ministério da Educação, fez com que as medidas para o retorno às aulas com a readequação necessária

⁴Dados divulgados pelo Consórcio dos Veículos de Imprensa, divulgados pelo G1, em 31 de agosto de 2022.

ficassem a cargo dos municípios e de cada instituição de ensino. As universidades, sobretudo as públicas, que vêm há anos sofrendo com o desfinanciamento pela união, adotaram alternativas individualizadas para estabelecer o retorno das aulas na modalidade remota, ou em modalidade mista de acordo com as áreas consideradas essenciais. Isso sem considerar as particularidades regionais e as disparidades de acesso dos/as estudantes que não dispunham de condições para acompanhar as aulas na modalidade remota e também não dispunham de acesso aos benefícios de assistência estudantil tão necessários ao retorno presencial restrito neste período.

Com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem (ABEPSS et.al., 2020, p.02).

A forma como as relações raciais se configuram, na realidade brasileira, impactam no acesso da população negra ao ensino superior. A ampliação de vagas pode promover a inclusão, mas, as barreiras digitais, geradas pela dificuldade de acesso à internet de boa qualidade, continuam a ser um desafio. Somado a isso as condições objetivas de manutenção necessárias à permanência na universidade (moradia estudantil, restaurantes universitários, auxílio transporte, entre outros) traduzem velhas e novas demandas que requerem a (re) estruturação de políticas de assistência estudantil.

3 RELAÇÕES RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL

As relações raciais no Brasil foram sedimentadas no período da escravidão e suas manifestações são vivenciadas até hoje por descendentes dos povos originários e dos povos negros africanos, que foram forçados a se deslocar para as Américas. Contudo, a escravidão, concebida como um crime contra a humanidade, ainda é posta em dúvida por grupos conservadores e reacionários, que, convenientemente, fazem a análise da realidade em sua imediatividade, refutando categorias centrais como historicidade, contradição, mediação e totalidade como caminhos para elaboração teórica da realidade social, que comporta interseccionalmente as desigualdades de classe, gênero e raça. A interseccionalidade “[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades

básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras [...]” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A perspectiva que adotamos visa qualificar a interpretação das manifestações da questão social em sua indissociável conexão com as relações de gênero, étnico-raciais e de classe social. Tal interpretação quer contribuir para a materialização do que está disposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (2012) e no “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” da ABEPSS (2018). Estas referências são fundamentais na agenda política da categoria que assume o compromisso com “um projeto de formação profissional antirracista e reconhece o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro” (ABEPSS, 2018, p. 12).

No Brasil, o discurso moral, articulado aos benefícios do progresso da humanidade, via acumulação capitalista, ganha robustez no contexto da República Velha, cujas ações conservadoras continuam a privilegiar os grandes latifundiários, responsáveis por sustentar a economia de base agrária. A crise de 1929 nos Estados Unidos da América e que se alastrou pelo mundo, abalou, também, a realidade brasileira em seu emergente processo de industrialização e ocupação das áreas urbanas, por parte expressiva da classe trabalhadora.

Os/as trabalhadores/as negros/as participaram deste novo momento, de maneira marginal, absorvidos pelo subemprego, por atividades de menor prestígio social e baixa remuneração, pelo acesso precário às políticas sociais básicas, realidade que ainda perdura no momento atual. As greves operárias, o avanço do debate acerca da exploração capitalista, sobre a apropriação da mais-valia dos trabalhadores urbanos, bem como a escassez de leis trabalhistas que protegessem a classe trabalhadora fizeram eclodir, no início do Século XX, a luta de classes e a demanda por respostas do Estado para os problemas gerais que assolam o cotidiano da classe trabalhadora.

As lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora desencadearam respostas estatais por meio de legislações trabalhistas, da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da instituição do salário-mínimo, da legislação sindical, entre outras ações. Contudo, tais garantias legais não alcançaram parte expressiva da classe trabalhadora negra alijada de proteção social básica no período, pois suas demandas são tratadas como caso de polícia. Esse segmento é impedido de se manifestar culturalmente, através do samba e da capoeira, e espiritualmente, a partir das religiões afro-brasileiras e de matriz africana. A reprodução do preconceito e da discriminação étnico-racial permeia as práticas institucionais e vai se revelar, também, no interior do trabalho profissional da/o assistente

social, cuja gênese se localiza em 1936. A base de organização do Serviço Social sofreu influências da Doutrina Social da Igreja Católica e a profissão passou a se configurar como uma importante mediação na relação entre classe trabalhadora e classe dominante.

A sociedade brasileira, envolta na defesa do branqueamento como caminho para o progresso e a civilidade, defensora da eugenia e do higienismo social, tem, no contexto da primeira metade do Século XX, as ferramentas necessárias para manter a dominação sobre a população negra e indígena e transmutar essa forma de opressão em mito, pela falácia da democracia racial.

A defesa da harmonia entre os grupos raciais será fortemente combatida por instituições como a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN), mas, o Serviço Social passa ao largo dessas lutas e assume o papel de reprodução dos valores morais dominantes. A profissão surge com a finalidade de imprimir uma nova racionalidade no enfrentamento da questão social. Ação que se verifica como insuficiente, uma vez que as expressões da questão social não têm origem na perda ou ausência da moral cristã. As desigualdades sociais são decorrentes do Capitalismo e do racismo estrutural, com seus mecanismos de produção da pobreza, na mesma velocidade em se que produz riqueza, e da sua relação indissociável com a escravidão negra e indígena.

A apropriação teórica do debate sobre capital e trabalho, seus desdobramentos e contradições, foi analisada por Yamamoto e Carvalho (2001), que concebem o Serviço Social como uma profissão que participa da reprodução das relações de classe e da contradição inerente a este processo. Se o Serviço Social nasce a partir das demandas do Estado e do empresariado, cujo projeto de classe requer a racionalização dos processos de trabalho e o enquadramento da classe trabalhadora, adaptando-a à nova realidade social, as particularidades desse grupo serão escamoteadas. A profissão que se propõe a intervir com a classe trabalhadora desconsidera as relações étnico-raciais como elemento fundante da sociedade brasileira. Tais desigualdades, portanto, são diluídas no discurso moral e conservador, que prega a ideia de igualdade, naturaliza e camufla o preconceito, a discriminação étnico-racial e o racismo estrutural.

A indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa é uma mediação importante na formação e no exercício profissional comprometido com a liberdade e com a justiça social, algo que não pode ser atingido sem que se considere os impactos das relações étnico-raciais, de gênero e classe social na vida cotidiana, a exemplo das reflexões sobre a violência doméstica trazidas por Assis: “Nas

abordagens que eu fazia com as mulheres [...]. E essa violência, ela fazia uma interface com a violência de gênero que é a violência contra a mulher e agravava com a violência racial e aí somava pela condição de pobreza dessas mulheres” (ASSIS, 2019, p.43).

Ao analisar as desigualdades raciais Moura (1994) amplia o conceito de racismo na sociedade moderna, pois, “[...] o racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico mas, também, ideológico e político (MOURA, 1994, p. 28). Esta afirmação, longe de desqualificar o debate sobre raça, o reposiciona na esfera das relações sociais como componente sociológico a justificar as barbaridades e arbitrariedades em relação às pessoas negras, indígenas, ciganas e não brancas. Ao debate de raça, do ponto de vista sociológico, pode se incorporar a discussão sobre etnia, que na esfera dos valores culturais, religiosos e das tradições representa os valores que o grupo elabora e reproduz. Quando as bases estruturais do racismo, do patriarcado e do sexismo ficam encobertas no processo de apreensão do real, as/os profissionais reproduzem, em maior ou menor grau, o preconceito e a discriminação étnico-racial, de gênero, de identidade e orientação sexual.

O processo de renovação do Serviço Social latino-americano implode as bases conservadoras da profissão e coloca para as/os profissionais o desafio de construir outro projeto profissional, vinculado à classe trabalhadora e aos movimentos sociais a ela inerentes. Ao buscar uma reorientação teórico-metodológica, o encontro com a teoria social de Marx será profícuo, no bojo da ditadura militar, ainda que de maneira superficial. No despontar da década de 1980, avançando para as décadas seguintes, presenciamos um salto qualitativo no debate teórico, que não ocorre descolado das disputas por hegemonia no interior da profissão.

Os abalos que fortaleceram uma nova abordagem profissional também foram sentidos nos movimentos sociais, que passaram a assumir a cena política trazendo para a ordem do dia suas pautas. O Movimento Negro Unificado (MNU), como espaço de resistência, denúncia, enfrentamento e organização política, terá forte impacto sobre as Políticas de Ação Afirmativa, que começam a se desenhar no final do Século XX e permanecem em disputa na atualidade, especialmente em tempos em que se coloca em pauta a avaliação das atuais políticas de Ação Afirmativa vigentes, com forte tendência de retrocessos, considerando a ofensiva do racismo estrutural e a retórica da meritocracia em nosso país.

Os avanços oriundos do Movimento Negro, em alguma medida, influenciam o modo como o Serviço Social brasileiro trata o debate étnico-racial nas últimas duas décadas.

Verifica-se um investimento, ainda que diminuto, das entidades político-organizativas da categoria: o Conselho Federal de Serviço (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), por meio de: produção de campanhas de gestão das entidades, mesas temáticas em eventos nacionais da categoria, produção de peças publicitárias, criação de Comitês Regionais, subsídios para o trabalho numa perspectiva antirracista, entre outras, que contribuem para a elaboração, produção e circulação de conhecimentos, no âmbito do Serviço Social em consonância com a pauta antirracista.

4 POR UMA PRÁXIS ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

Partimos do reconhecimento, a partir da teoria social crítica e de uma perspectiva decolonial, que a formação sócio-histórica, política e econômica da realidade brasileira se constitui a partir de três processos indissociáveis “[...] a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo e o colonialismo [...]” (CURIEL, 2020, p. 126), o que “justifica” a dominação/exploração do trabalho, dos territórios, dos povos e dos recursos ambientais pelo capital.

O projeto de colonização é marcado pela dominação desmedida dos territórios, dos saberes, das culturas, dos corpos, mentes e subjetividades. Esse projeto na sociedade brasileira, consolida as formas de dominação/exploração/opressão que demarcam as relações sociais de classe, raça/etnia, gênero e geração concebidas, por nós, de forma interseccional.

Trata-se de um projeto que incide nas relações sociais e tem capilaridade em diferentes instituições, pois, a colonialidade do poder, do ser e do saber (CURIEL, 2020) estabelece uma hierarquia racial, em que pessoas brancas ocupam lugar de superioridade, reconhecimento e legitimidade em relação àquelas consideradas inferiores, especialmente os povos indígenas tradicionais e a população negra. A equação é simples: quanto maior o nível de privilégios de uma raça e de uma classe considerada superior, menor as condições de acesso à riqueza socialmente produzida por parte de segmentos considerados inferiores, subalternizados ou incapazes intelectual, moral, cultural e economicamente.

Essa lógica repercute no mundo do trabalho, especialmente em tempos de pandemia. De acordo com dados divulgados no segundo trimestre de 2020, “até o mês de maio a população ocupada já havia diminuído em torno de 7 milhões de pessoas comparada ao mesmo período do ano anterior [...]” (SILVA; SILVA, 2020, p. 08). A pesquisa revela que os índices de desocupação cresceram em todos os grupos de cor ou raça, passando de

10,7% (homens) e 13,8% (mulheres) em maio de 2020 para, respectivamente, 12,7% e 17,6% em julho de 2020. Somado a esses índices verificamos, quanto a desocupação, em maio de 2020, que a população negra, que representava 52,3% das pessoas ocupadas, atingiu o índice de 58,4% das pessoas afastadas temporariamente no mesmo período. Dados que incidem de forma violenta na vida das mulheres negras que chegaram ao índice de 30,9% das pessoas nessa condição (SILVA; SILVA, 2020, p. 9-10). Os dados ainda revelam, na modalidade de trabalho remoto, o quanto o racismo impera, pois há “[...] 17,6% dos ocupados (não afastados) brancos e para apenas 9% dos negros nessa situação”, ou seja, o equivalente a “[...] um terço do total de trabalhadores ocupados em atividade remota era composta de trabalhadores negros” (SILVA; SILVA, 2020, p. 11).

Os índices revelam a branquitude como lugar de privilégios relacionada à “[...]supremacia branca global, sendo impossível conceituá-la sem atentar para as relações de poder que lhe deram origem [...]” (ALVES, 2013, p. 3). Assim podemos nos perguntar: Quais os postos de trabalho assumidos majoritariamente por profissionais negros/as? Em nosso cotidiano, quantas pessoas negras são reconhecidas por seu trabalho no âmbito da educação, da cultura, da política, da economia? Qual a porcentagem de estudantes negros/as nos cursos de graduação e programas de pós-graduação? Há professores/as negros e negras no corpo docente da graduação e programas de pós-graduação? Quantos? Que lugares ocupam nesses espaços? Como são os acervos de nossas bibliotecas?

Ao elucidar o lugar do negro na sociedade brasileira, Clóvis Moura (1977) nos desafia a pensar sobre o papel e o lugar do/a negro/a como bom quando é escravizado e mau cidadão, quando problematiza o período específico da escravidão, em relação ao *modus operandi* do projeto colonial. O autor nos impõe um movimento de reflexão crítica e de totalidade que possibilita ir além da aparência dos fenômenos em tela. Fundamental desvendar as artimanhas desse projeto colonial eurocêntrico e hegemônico, que opera no conjunto das instituições sociais e que, sob o mito da democracia racial, expande a lógica de dominação.

De forma específica, na academia, o projeto colonial orienta os conteúdos, a modalidade de oferta, bem como legitima as bibliografias que compõem os projetos de formação no âmbito da graduação e pós-graduação. E, de forma estratégica, reforça o racismo estrutural, uma vez que este “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares[...]” (ALMEIDA, 2019, p. 38), portanto, estrutural e estruturante no modo de funcionamento da universidade.

O modelo de universidade inscrito no projeto modernidade/colonialidade faz com que os corpos negros sejam destituídos de sua humanidade. Sob essa lente, verificamos que o acesso e permanência de estudantes, técnicos/as em educação e professores/as negros e negras, no espaço acadêmico colonial, se constitui permanente desafio pois “[...] o que está em jogo é a dificuldade da supremacia branca e de seus agentes de aceitarem a humanidade negra e sua capacidade de disputa” (ALMEIDA, 2014, p. 149). O enfrentamento às formas de dominação/exploração/opressão requer estratégias coletivas frente às desigualdades sociais, raciais, étnicas, ambientais e culturais, agravadas ainda mais no contexto pandêmico.

As produções submetidas ao GT 5, do I Simpósio Nacional Serviço Social e Relações Étnico-Raciais apresentam um conteúdo teórico-prático que materializa estratégias de resistências e insurgências coletivas frente ao racismo estrutural. Neste GT foram submetidos um total de 22 trabalhos, sendo que 23% (5) trabalhos não foram apresentados no GT e 32% (7) trabalhos foram direcionados para outros GTs pois excederam o limite de 10 trabalhos para apresentação no GT5.

Quanto aos 10 trabalhos apresentados nas três sessões temáticas, seis são oriundos de instituições de ensino do estado de São Paulo, sendo cinco de instituições públicas e um de instituição privada; dois de instituições públicas do estado do Rio de Janeiro e dois de instituições públicas do Rio Grande do Sul. No que se refere ao foco de abordagem das produções temos: Questão étnico-racial; Questão social; Serviço Social (2); Questão étnico-racial e Serviço Social (2); Questão étnico-racial e de gênero e formação profissional (2); Mecanismos de controle do Estado e acesso aos direitos humanos (1); Inserção e permanência de mulheres negras docentes no curso de Serviço Social (1); Silenciamento sobre presença negra; formação e trabalho profissional (1); Questão étnico-racial e ética profissional (1). Quanto as bibliografias utilizadas, 50% (5) dos trabalhos apresentados tem em comum a referência da obra *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida, seguido de 30% (3) com a referência sobre *Desumanização da população negra*, de Magali da Silva Almeida.

No que tange os trabalhos submetidos ao GT e não apresentados, que totalizam 5 trabalhos, todos vinculados a instituições públicas de ensino, nos estados de São Paulo (2); Bahia (1); Maranhão (1), Rio Grande do Sul (1), sendo que o trabalho oriundo do estado da Bahia teve parceria com duas instituições internacionais, UNCUYO e CLACSO. O foco temático do conjunto dos trabalhos esteve voltado a: Questão racial e formação profissional (2); Questão Racial, Questão Social; Serviço Social (1); Questão étnico-racial e de gênero e formação profissional (1); Relações raciais e Serviço Social (1). Nesse conjunto de

produções verifica-se como bibliografia com maior incidência a obra *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida em dois trabalhos.

Quanto aos trabalhos submetidos ao GT 5, mas, redistribuídos para outros GTs temos o total de 7 produções, todas oriundas de instituições públicas, dos estados do Rio de Janeiro (2); Bahia (1); Paraná (1); Rio Grande do Sul (1); Santa Catarina (1) e São Paulo (1). Os trabalhos apresentaram como eixo temático prioritário: Questão étnico-racial e Serviço Social. (1); Relações étnico-raciais e formação profissional (1); Contribuições da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, para o Serviço Social brasileiro (1); Serviço Social e a questão quilombola (1); Formação social brasileira, racialidade e racismo (1); Questão étnico-racial, povos quilombolas e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (1); Comunidades tradicionais de matriz africana, luta de classes, racismo, racismo religioso e garantia de direitos (1).

Sem a pretensão de uma sistematização reducionista ou conclusiva identificamos como pontos de convergência, nas discussões realizadas, a partir dos trabalhos submetidos e apresentados no GT 5, o necessário adensamento sobre: o projeto colonial, a política de branqueamento e o mito da democracia racial presentes na realidade brasileira; a questão étnico-racial e a questão social como elementos indissociáveis; a escassez de disciplinas que abordem a questão étnico-racial na graduação e pós-graduação e a limitada incorporação sobre essa pauta no processo de ensino-aprendizagem. Também se verifica a escassez de intelectuais negros/as e indígenas nos currículos acadêmicos, pois, as bibliotecas das instituições de ensino simbolizam a lógica da “Casa Grande”, contribuindo para a ofensiva do epistemicídio, conforme problematiza Carneiro (2005, p. 97):

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes.

Nesse contexto, também se verifica um conjunto de obstáculos impostos as/aos estudantes quanto ao acesso e a permanência no ensino superior, agravadas ainda mais com os impactos da COVID-19, conforme descrito anteriormente. As evidências do racismo institucional e as estratégias de manutenção de privilégios se expressam, entre outras

formas, por meio da ausência de orientações em trabalhos acadêmicos e produção de artigos científicos voltados a questão étnico-racial; dificuldade de inserção em grupos de pesquisa; dificuldade de participação em eventos e de acesso a bolsas de iniciação científica, ensino e extensão, bem como, as condicionalidades descritas nos programas de permanência, o que incide nas condições objetivas e subjetivas de manutenção do/a estudante no espaço acadêmico, gerando insegurança e receio sobre as possibilidades de permanência e conclusão dos estudos. Sabemos que a “[...] academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado” (HOOKS, 2019, p. 273).

Temos o compromisso de pavimentar caminhos que levem a uma práxis política e antirracista, que no pensamento moureano “É a práxis – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um caráter e, por sua vez, torna-o sujeito” (OLIVEIRA, 2011, p. 50). Assumir essa pauta significa construir lugares coletivos, no âmbito do Serviço Social, com vigilância crítica no campo da formação, objetivando materializar um projeto de formação com qualidade, bem como, no âmbito do trabalho profissional, de modo a materializar o compromisso com um projeto societário sem exploração, dominação e opressão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do Serviço Social, apesar dos esforços, no que tange a incorporação da questão étnico-racial na formação e trabalho profissional, há certo silenciamento, ou seja, há “[...] a naturalização e/ou invisibilidade da questão étnico-racial e a forma secundária com que o seu debate é encaminhado pela profissão” (CORREIA, 2020, p. 120). Esse silenciamento gera estranheza ao considerarmos o compromisso com a materialização de valores e princípios inscritos no Projeto Ético-Político Profissional. Se o projeto profissional almeja formar assistentes sociais críticos, interventivos e socialmente comprometidos com a transformação, como prescindir dos elementos constitutivos da questão social e da questão étnico-racial na realidade brasileira?

Os debates no GT 5 possibilitaram a reflexão sobre essa questão ao longo de três dias de apresentação de produções científicas e de debates, que nos desafiaram a pensar sobre limites quanto a abordagem das relações sociais de classe, raça/etnia e gênero na graduação e pós-graduação em Serviço Social e sobre medidas de enfrentamento ao racismo estrutural, nos espaços de trabalho e de formação em nível de graduação e pós-graduação.

Considerando o compromisso ético-político com a formação e trabalho com qualidade em Serviço Social, verificamos que é fundamental incidir em ações estratégicas que potencializem a incorporação e debate sobre a questão étnico-racial nos currículos de graduação e programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em instituições públicas e privadas. Além de contemplar a pauta nas ações de extensão e atividades de pesquisa. Somado a isso, fomentar a participação de estudantes e assistentes sociais negras e negros em espaços de gestão e deliberação no âmbito das políticas públicas; de mobilização e controle social; no âmbito das instituições de ensino e das entidades político-organizativas da categoria. O I Simpósio nos desafiou a uma virada coletiva nessa direção.

BIBLIOGRAFIA

ABEPSS; CFESS; CRESS-RJ; ENESSO. Trabalho e ensino remoto emergencial. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020.

ABEPSS, Executiva Nacional. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Espírito Santo: ABEPSS, 2018.

ALMEIDA, M. S. Entrevista com Magali da Silva Almeida: Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social. **Libertas: Revista Fac. Serv. Soc. Juiz de Fora**, v. 13, n. 1, p. 231 - 239, jan./jun. 2013

ALMEIDA, M. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. In: **Revista Em Pauta**, n. 34, v. 12, p. 131- 154, 2o Semestre de 2014. Rio de Janeiro: 2014.

ALMEIDA, S. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

ALVES, L. **O valor da brancura**: considerações sobre um debate pouco explorado no Brasil. **Cadernos Cenpec**, v. 2, p. 1-18, 2013.

ASSIS, M. I. Reflexões a partir de diálogos das autoras. In: AMARO, S. et all. **Serviço Social e o combate ao racismo**: diálogos. 01 ed. Curitiba: Nova Práxis, 2019, v.01, p. 1-110.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acessado em: 20 de fev. 2021.

CORREIA, A. N. S. O silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social Brasileiro. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v.10 n.1, Florianópolis: jan. 2002.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 121-138.

GRAGNANI, J. **Por que o Coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e mundo**. BBC News Brasil em Londres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acessado em: 20 de fev. 2021.

G1-São Paulo. **Mortes e casos conhecidos de coronavírus nos estados**. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movei>. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, CELATS (Lima-Perú), 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

hooks, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

MOURA, C. **O negro – de bom escravo a mau cidadão**. Rio de Janeiro: Tavares & Tristão – Gráfica e Editora de Livros Ltda, 1977.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**, n. 34, ago-out.,1994.

OLIVEIRA, F. N. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, pp.45-64, 2011.

SAFFIOTI, I. B. S. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SILVA, T. D; SILVA, S. P. **Trabalho, População Negra e Pandemia: Notas sobre os Primeiros Resultados da PNAD COVID-19**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota Técnica nº 46. Nov. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10303/1/NT_46_Diest_TrabalhoPopula%C3%A7%C3%A3oNegraePandemia.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2021.

,

,